

Marcelo Canellas: “Relatar as violações de direitos é exercer o nosso papel de jornalista”

Por: Jemima Bispo

Jornalista, doutoranda e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA/UFJF) e da Rede Telejor (SBPJor).

E-mail: jemimabispo@gmail.com

Foto: Divulgação



Marcelo Canellas nasceu em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, em 16 de outubro de 1965. Atuou na Rede Globo entre 1990 e 2023, sobretudo nos programas *Jornal Nacional*, *Globo Repórter* e *Fantástico*. Com 35 anos de carreira, o jornalista se dedica a assuntos os quais acredita merecerem "existência pública", além de questões que o incomodam como cidadão. “O jornalismo trata das contradições da vida e não pode existir nada mais contraditório do que um país que tem todas as condições materiais de dar uma vida justa para a totalidade da sua população manter a maioria dela sem acesso a uma existência digna. Então é natural que, tratando das contradições da vida – e eu sendo um jornalista brasileiro –, minha proposta seja tratar dos temas ligados às contradições no Brasil”, ressalta Canellas.

“Geografia da Fome” tornou-se uma das séries de reportagens especiais mais premiadas do telejornalismo brasileiro. Entre outros prêmios, recebeu o Ayrton Senna de Jornalismo, o Barbosa Lima Sobrinho, o Imprensa Embratel, o Vladimir

Herzog na categoria de documentário e a medalha ao mérito da Organização das Nações Unidas (ONU). À frente da produção da série, o repórter Marcelo Canellas contabiliza outras premiações. Em 2005, reportagem sobre o Cerrado, exibida no *Jornal Nacional*, foi vencedora na categoria Telejornalismo. Três anos depois, a série "Terra do Meio: Brasil invisível", exibida no *Bom Dia Brasil*, ganhou na categoria Sustentabilidade. Entre os motivos que justificam tantas premiações está o apreço por pautas que priorizam a dimensão das desigualdades no Brasil e que jogam luz em questões sensíveis, sobretudo relacionadas às violações de direitos humanos.

EJM: Ao longo de sua carreira, a temática dos direitos humanos tem sido marcante. A que você atribui essa constância? Qual sua relação com os direitos humanos?

MARCELO CANELLAS: Sou um jornalista brasileiro e moro em um país como o Brasil. O jornalismo trata das contradições da vida e não pode existir nada mais contraditório do que um país que tem todas as condições materiais de dar uma vida justa para a totalidade da sua população manter a maioria dela sem acesso a uma existência digna. Então é natural que, tratando das contradições da vida – e eu sendo um jornalista brasileiro –, minha proposta seja tratar dos temas ligados às contradições no Brasil. Além do mais, tem uma dimensão ética na atividade jornalística e eu sempre lembro daquela polêmica e contro-

“(...) posso dizer que tudo aquilo que me incomoda como pessoa tem sido combustível para minhas proposições nas reuniões de pauta de que tenho participado ao longo da vida.”

vertida discussão sobre a existência de uma ética específica para o jornalismo, ou se a nossa ética, como queria Cláudio Abramo, seria a ética do cidadão. De qualquer maneira, posso dizer que tudo aquilo que me incomoda como pessoa tem sido combustível para minhas proposições nas reuniões de pauta de que tenho participado ao longo da vida. No *Fantástico*¹, temos uma reunião de pauta toda terça-feira. É um terreno de disputa em que produtores, editores e repórteres lutam por um espaço dentro do cardápio do programa. E nós fazemos aquilo que os jornalistas fazem em todas as redações, o tempo todo, que é decidir o que é merecedor de existência pública. Isso é

decidido nas reuniões de pauta: por que um fato é jornalístico e outro não? E por que um fato merece existência pública e outro não? Isso tem a ver, justamente, com essa compreensão do que é importante abordar ou não. O que tem balizado minhas propostas, respondendo mais objetivamente à pergunta, sobre lidar com temas referentes aos direitos sociais ou à falta ou ataques aos direitos, é porque estas questões são abundantes em um país como o Brasil. E eu sou brasileiro. É minha obrigação fazer isso.

EJM: Para jogar luz na agenda social, você acredita que o jornalista precisa de alguma formação complementar em Direitos Humanos? Que tipo de conhecimento seria necessário para a produção de uma pauta sobre o tema?

¹ Marcelo Canellas atuou como repórter especial do *Fantástico*, Rede Globo, de 2009 até abril de 2023.

MARCELO CANELLAS: Isso diz respeito à experiência de vida, à maneira como você olha para o mundo, à sua compreensão da organização da sociedade e à uma formação humanista, evidentemente, que você adquire de múltiplas maneiras. Eu nunca fiz um curso de direitos humanos. Fui até a graduação. Não tenho nenhuma formação em pós-graduação. Mas posso dizer, por exemplo, que minha

atuação no movimento estudantil, na política estudantil dentro da universidade, ajudou a me formar como jornalista. Estudei em uma universidade federal, já no final da ditadura, no último ano do governo Figueiredo; posteriormente veio o governo Sarney, eleito indiretamente. Participei como dirigente estudantil daquelas grandes mobilizações na campanha Diretas Já, em 1984, que resultou no fracasso da emenda Dante de Oliveira, em 1985. Este movimento efervescente do ressurgimento da democracia do Brasil ajudou a me formar como cidadão e a ter uma ideia sobre violação de direitos, durante a ditadura e, depois, no período de redemocratização do Brasil. É óbvio que essa experiência concreta, as leituras ao longo da vida e a própria atuação como jornalista, me deparando com temas ligados a violações de direitos humanos, robustece a reflexão sobre a importância de lidar com esse tema.

EJM: Em sua avaliação, esta preocupação também é recorrente e compartilhada por outros colegas atuantes no telejornalismo?

MARCELO CANELLAS: Sim, outros colegas compartilham dessa reflexão. Sabemos que uma redação jornalística é uma fauna ideológica, diversificada. Eu acho que tanto mais saudável é uma redação quanto maior for a diversificação ideológica em sua formação. É evidente que com alguns colegas eu tenho uma afinidade maior e com outros, menor, mas eu posso dizer que minha experiência pessoal é baseada em muita discussão dentro das redações, em que a gente entende a redação como uma arena de disputa de temas, de espaços nos telejornais na televisão. E a gente precisa argumentar e, muitas vezes, somos derrotados. Ao longo de minha carreira, acreditei em pautas muito importantes e elas foram derrotadas nas discussões naquele momento. Mas a insistência fez com que, em um determinado momento, aquele tema fosse considerado superado (sob o ponto de vista jornalístico) e, em um tempo posterior, você convence com mais e melhores argumentos de que o fato é realmente importante e ele vira matéria. Essa é a dinâmica de funcionamento de toda redação saudável.

“Este movimento efervescente do ressurgimento da democracia do Brasil ajudou a me formar como cidadão e a ter uma ideia sobre violação de direitos, durante a ditadura e, depois, no período de redemocratização do Brasil.”

EJM: Qual tipo de abordagem é priorizada nas matérias relacionadas aos direitos humanos?

MARCELO CANELLAS: A primeira coisa que me vem à cabeça diante dessas pautas é identificar que tipo de direito foi violado, saber porque e por quem foi violado, e o que aconteceu com a vítima da violação. A partir daí você cumpre o beabá do jornalismo, buscando relação entre causa e consequência, identificando os personagens que estão envolvidos no episódio e procurando ainda esgarçar o significado estrito daquela situação específica para uma significação mais universal. Essa é a grande força do jornalismo – quando você busca, no específico, o alargamento da significação universal. Por isso o personagem é tão importante, por isso investe-se na humanização de uma história, na especificidade da pessoa que você está ouvindo, justamente pela sua possibilidade de significação universal. O jornalismo é mais

“Toda a reportagem ou atividade jornalística exige um rigor de apuração e checagem que é uma regra para todos os tipos de assuntos, da reportagem esportiva à denúncia de um mal feito.”

forte quando você parte do específico, quando você vai para o lado mais singular da história, mais miúda, mais pessoal. É isso que faz com que as pessoas se identifiquem com aquilo: outras milhares de pessoas são representadas naquela história específica.

EJM: Como emplacar uma matéria sobre direitos humanos no telejornal?

MARCELO CANELLAS: Toda a reportagem ou atividade jornalística exige um rigor de apuração e checagem que é uma regra para todos os tipos de assuntos, da reportagem esportiva à denúncia de um mal feito. O rigor, a checagem, a recheagem, a ideia de procurar por múltiplas fontes e vozes, de dar um contexto, de sempre estabelecer a relação de causa e consequência – isso tudo faz parte da dinâmica

do processo de conhecimento que é ligado à produção de notícia. Então não vejo diferença no tratamento de um tema ligado a questões de violação de direitos em relação a qualquer outro tema jornalístico. As regras de apuração são as mesmas.

EJM: E se a gente pensasse na dinâmica do tempo? A apuração de uma matéria sobre direitos humanos exige mais tempo, para dar conta de uma escuta mais diferenciada?

MARCELO CANELLAS: Não só temas ligados a direitos humanos, mas toda reportagem de prospecção (aquilo que os castelhanos chamam de “*largo alien-to*”, ou seja, temas de grande abrangência) necessita de um mergulho que exige tempo e investimento, de energia do jornalista e de dinheiro por parte da empresa. Neste sentido, há uma decisão editorial de apostar no aprofundamento de um caso e isso rende, talvez, aquele que é o maior patrimônio de uma empresa de comunicação, que é a credibilidade. Quando você consegue mergulhar em uma história, destrinchá-la com profundidade a ponto de impactar a sociedade, de suscitar uma discussão, isto rende prestígio. Vocês, na universidade, certamente estão se debruçando sobre isso: estamos testemunhando uma profunda transformação nos processos de funcionamento das empresas de comunicação, de jornalismo. Vemos o rejuvenescimento das redações, um achatamento dos salários, a precarização dos processos e as empresas estão vivendo um dilema. Ao mesmo tempo em que precisam se adequar a uma nova realidade financeira, a um novo estágio do capitalismo que diz respeito às empresas de comunicação, por outro lado, elas não podem abdicar daquilo que a sustenta, ou seja, a credibilidade. Como alcançar isso sem profissionais de talento, experientes e que produzem notícias capazes de fazer a sociedade refletir? Então, neste momento, estamos vivendo, precisamente, uma transformação em que a gente não sabe o que vai acontecer com as plataformas.

O que eu tenho certeza é que haverá necessidade da presença de um jornalista na rua para elucidar o caos que a gente vive hoje no Brasil. Isso é absolutamente imprescindível. Acabamos de passar por uma pandemia, um período em que tivemos de fazer jornalismo com as maiores dificuldades possíveis, de forma remota, com um governo democraticamente eleito², mas extremamente autoritário, que elege o jornalismo como inimigo, que ameaça as instituições democráticas e coloca a democracia em risco. É neste momento, em que a gente vê todas

essas dificuldades e limitações, de restrições de processos de produção de notícias, que se percebe como o jornalismo é capaz de se agigantar, como o jornalismo profissional cumpre um papel de porto seguro de informação confiável, neste mar de mentiras que a gente vive. É uma situação tremendamente ambígua porque, justamente na sua maior crise, seja do ponto de vista econômico, tecnológico, da perenização das plataformas, o jornalismo se vê diante do maior desafio da sua existência. Ninguém que esteja vivo hoje passou por uma pandemia anteriormente, ou seja, é uma situação para ser estudada pelos historiadores, com certo distanciamento, daqui a 30 ou 40 anos, por exemplo.

O jornalismo vem cumprindo um papel importante, inclusive na confrontação do poder. O sonho de consumo do [ex] presidente Bolsonaro é nos agendar, dizer o que a gente tem de falar sobre o que tratamos. E não apenas do Bolsonaro: o poder tem essa queixa dos jornalistas desde sempre. A grande diferença deste governo em relação aos demais (e olha que eu cobri Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula, Dilma, Temer) é que esta é a primeira vez em que um presidente da república elege o jornalismo como inimigo. Poderia haver algum outro que reclamasse eventualmente de um determinado jornalista ou veículo, mas a ideia do jornalismo como uma entidade diabólica, que é parte do sistema, que é contra o presidente, isso é novidade. E o que é o sistema tão falado? São as instituições democráticas, ou seja, a própria democracia. É isso que está em jogo e é isso que temos que defender neste momento.

² Na ocasião da entrevista, o governo vigente era representado pelo presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

“A grande diferença deste governo em relação aos demais (...) é que esta é a primeira vez em que um presidente da república elege o jornalismo como inimigo.”

EJM: Em palestra recente, você comentou sobre a relativização dos direitos humanos, exemplificando: “Se a polícia aborda um homem branco portando 10 gramas de cocaína, possivelmente, ele não sofrerá penalidade. Se for negro, provavelmente, será preso por tráfico de drogas”. O que o jornalismo faz em casos como este?

MARCELO CANELLAS: Eu estive à frente de um quadro no *Fantástico*, chamado “Projeto Inocência”, que trata de casos de pessoas presas, julgadas e condenadas injustamente, por crimes que não cometeram. 100% dos casos que tratamos foram de pessoas negras. E o que acontece em uma sociedade racista como a nossa? É o mesmo que aconteceu com o Genivaldo. Quando o [então] presidente Bolsonaro andava de motocicleta sem capacete, não vimos notícia de que ele tenha sido abordado, advertido pela autoridade policial e nem que tenha pago uma multa de R\$297,43, que deveria pagar. O que a gente viu com o Genivaldo é o que acontece com a população preta e pobre neste país. A violência policial é absolutamente seletiva, a gente sabe disso. É uma questão de classe, de raça. O jornalismo precisa mostrar, denunciar, explicar, dizer quando acontece, por quem, como, enfim, cumprir seu papel.

EJM: Diante das confusões conceituais sobre os direitos humanos e da coexistência de discursos às vezes contraditórios, o jornalismo tem sido capaz de trazer esclarecimentos?

MARCELO CANELLAS: Essa é uma tarefa difícil, porque você precisa lutar contra o clichê, contra a aparência. A Eliane Brum tem falado muito dessa tarefa extra dos jornalistas no sentido de recuperar a significação das palavras,

de defender o significado das palavras. Lembro que alguns anos atrás (há 15 anos, mais ou menos) fui pegar um avião do Rio de Janeiro para Brasília e entrou um sujeito dentro do avião com a camiseta escrita: “Direitos Humanos, o estrume da sociedade”. Ele foi aplaudido por quatro ou cinco pessoas e eu fiquei muito encucado com aquilo. Quando olhei para o sujeito, era o então deputado Jair Bolsonaro. Isso explica porque há muito tempo o conceito de direitos humanos é distorcido e ressignificado como uma turma que defende os bandidos. Nós, jornalistas, precisamos recuperar o significado da expressão, que é uma conquista da civilização, um valor universal construído pela humanidade, com caráter profundamente civilizatório que diz respeito ao direito de existir, ao direito de ter dignidade, de ser bem tratado e amparado plenamente. Esse conceito de direitos humanos precisa ser recuperado e defendido, e isso é papel também do jornalismo e do jornalista, de fazer o resgate tão potente dessa expressão, que é diariamente desconstruída, retocada e transformada, para desmistificar essa coisa tacanha, rasa, que gruda no senso comum. E o senso comum é difícil da gente enfrentar.

EJM: Em outra ocasião, você mencionou que o jornalismo que se faz no Brasil não é pior nem melhor do que a sociedade brasileira. Ele apenas reproduz a visão hegemônica do mundo. Para além das funções da profissão, em quais ações o jornalismo poderia investir para fortalecer a percepção social sobre a garantia e a efetivação de direitos?

MARCELO CANELLAS: O jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade objetiva. A relação que eu tenho com a notícia é uma relação de conhecimento. A notícia não aparece diante da gente como algo resolvido. É a inteligência

"O jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade objetiva. A relação que eu tenho com a notícia é de conhecimento. A notícia não aparece diante da gente como algo resolvido. É a inteligência do jornalista que resolve a notícia."

do jornalista que resolve a notícia. Eu acredito que apenas jornalistas preparados, com instrumentos teóricos capazes de fazer essa elaboração que você menciona, é que são capazes de propor temas que realmente tenham a ver com a estrutura da sociedade brasileira. Talvez uma das tarefas mais importantes que a gente tenha é entender porque não conseguimos mexer na pirâmide social do Brasil. Passamos por dois governos do presidente Lula e dois da Dilma, em que uma série de políticas públicas foram implementadas no sentido de mitigar a desigualdade. Mas, ao mesmo tempo, foi um período em que as instituições financeiras, os grandes bancos, tiveram ganhos assombrosos e não foi mexido na estrutura tributária, na estrutura de recolhimento de impostos. Você sabe muito bem que os ricos não pagam impostos – quem paga imposto é a classe média. São temas que dizem respeito à estrutura da pirâmide social do Brasil, que não foi enfrenta-

tada por nenhum governo da história do país, nem pelos governos petistas. O que eles fizeram, com muito mérito, foram as políticas públicas de mitigação da pobreza. Houve, inclusive, avanços que permitiram ao Brasil sair do mapa da fome. Evidentemente, isso é algo de extrema importância, mas não muda a pirâmide social brasileira e não toca nas causas relacionadas à desigualdade. Este é um tema pelo qual eu tenho uma verdadeira obsessão e que eu espero poder tratar de forma mais aprofundada, ou seja, a questão das raízes das desigualdades

e porque é tão difícil para a elite brasileira abrir mão de privilégios. São temas que, jornalisticamente, precisam ser tratados de uma forma objetiva, que é uma característica do jornalismo de qualidade.

EJM: Você também já expôs seu estaremecimento ao saber sobre a morte da lavadeira Maria Rita, personagem emblemática na série de reportagens sobre a fome no Brasil. A visibilidade dada via telejornal não deu conta de salvá-la. Nesse sentido, até onde o jornalismo consegue avançar em prol da defesa e garantia dos direitos humanos?

MARCELO CANELLAS: Precisamos entender qual é o nosso papel. Isso exige uma boa dose de humildade intelectual para entender. Ao terminar de assistir a primeira matéria da série sobre a fome, da poltrona da minha casa, eu fiquei em euforia achando que talvez ali estivesse uma grande contribuição para que a sociedade começasse a pensar em enfrentar a questão da fome. Mas, no outro dia, recebi um banho de água gelada ao descobrir que a Maria Rita morreu. Isso foi um grande ensinamento, um grande aprendizado que me fez entender qual é o papel do jornalismo, que foi muito bem definido pela colega jornalista filipina Maria Ressa, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2021. Ela diz que nosso papel é iluminar aquilo que os poderosos querem esconder ou obscurecer. É isso que a gente precisa fazer. E eu acredito que esse seja o nosso papel. Não podemos ter a arrogância de acreditar que o jornalismo vai transformar a sociedade – nós não vamos. E isso não diminui a importância do nosso papel, que é grandioso, que é justamente jogar o farol naquilo que está escondido, que o poder quer ocultar da gente e da sociedade.

O que muda a realidade é a sociedade politicamente organizada, os movimentos sociais, os partidos políticos, os movimentos dinâmicos de confronto da sociedade. Nós estamos em uma arena de interesses de classes, em que há uma disputa política. E a sociedade politicamente organizada, que resgata esses valores universais de bem comum, de solidariedade, da ideia de que os bens materiais servem para o bem-estar de todas as pessoas, é ela que vai convencer a elite brasileira a abrir mão dos privilégios e transferir parte de suas riquezas para financiar, por exemplo, a educação dos mais pobres. Isso seria um mecanismo de empoderamento e de ascensão social. Os ricos têm uma hipoteca social com os pobres e isso tem de ser pago com uma educação pública de qualidade. E isso deve ser objeto de reportagem, do interesse do jornalista, porque diz respeito aos problemas estruturais do Brasil.

EJM: Você conhece a abordagem do Jornalismo de Soluções, prática que prioriza o apontamento de soluções sobre problemas sociais? Acha que ela teria espaço no telejornalismo brasileiro, que ainda é a principal forma de informação no país?

MARCELO CANELLAS: Eu não conheço essa discussão e a formulação teórica que encerra o Jornalismo de Soluções. Eu precisaria ler a respeito, entender melhor, mas o que posso dizer é que de modo algum a gente pode abrir mão de um jornalismo meramente de denúncia em um país em que todos os dias todos os tipos de direitos são violados. Às vezes não existe uma solução aparente, mas há uma violação flagrante que precisa ser denunciada. Por exemplo, o *Fantástico* tem feito muitas matérias sobre a situação dos Yanomamis. É preciso denunciar a invasão do território, o extermínio, o genocídio em curso. A solução, neste caso, é óbvia – é retirar aquelas pessoas de lá, garantir a proteção ao território. Essa é a solução. Ou seja, o jornalismo de denúncia que a gente faz já aponta a solução.

EJM: Para além da denúncia, o telejornalismo tem conseguido se constituir como um lugar para o exercício dos direitos humanos?

MARCELO CANELLAS: Às vezes consegue. Há casos em que o jornalismo consegue se situar em uma perspectiva muito favorável, fazendo com que as pessoas entendam o significado da defesa dos direitos humanos. Em outras vezes, a gente erra, como tantas vezes nós erramos, perdemos a mão, não tocamos no fundamental. Esta autocrítica é importante. Acho que uma das características do jornalismo saudável é justamente sua capacidade de fazer autocrítica, de criticar os seus pares também. Talvez, hoje, o olhar que se faça sobre a cobertura da Lava-Jato seja diferente da maneira como olhávamos à época, apesar de que já tinha muita gente que pensava ao contrário da maioria. Me lembro do Caco [Barcellos], em um programa de debate na *Globonews*, criticar duramente a cobertura da Lava-Jato naquele momento e ele era como uma voz isolada entre os colegas. Mas este exercício da crítica e da autocrítica nos faz crescer como meios e como jornalistas.

EJM: Na academia, defendemos o direito à comunicação como um direito que dá acesso a outros direitos. Neste sentido, você acredita, por meio das suas reportagens, que a gente possa pensar no jornalismo como um espaço capaz de permitir às pessoas tomarem conhecimento sobre outros direitos que elas têm e que não exercem?

MARCELO CANELLAS: Quando se relata uma violação de direito, a gente está exercendo o nosso papel de jornalista e está colocando para a sociedade um tema que diz respeito ao acesso a algum direito. Às vezes conseguimos isso de uma forma eficiente; em outras, não. Depende das circunstâncias. É muito importante que o jornalista tenha sempre presente a ideia de interlocução com a sociedade, de que não faz a ratificação de uma tese ou a simples confirmação de uma ideia pré-concebida. Mas que está disposto a, de fato, abrir uma interlocução com o entrevistado, disposto a ouvir o que a pessoa tem a dizer e, a partir desta escuta, processar e tentar explicar o contexto desta violação. E, assim, é possível discutir temas correlatos.

EJM: Nesse desafio de denunciar violações de direitos e, por meio das denúncias, conseguir que a sociedade se dê conta e se mobilize (por exemplo, a exibição da série sobre a fome gerou uma ação pública no governo Fernando Henrique), há alguma área que seja mais sensível em termos de desrespeito aos direitos humanos?

MARCELO CANELLAS: As violações são tantas e tão diversificadas que a gente pode, basicamente, dizer que são expressões da falta de acesso à uma vida digna da maioria da população brasileira. Por isso eu acho que essa questão da desigualdade entre as classes é uma questão prioritária do jornalismo, na medida em que precisa explicar as raízes das desigualdades no Brasil. E a desigualdade é a mãe de muitas violações de direitos. Acredito que não há nenhum tema tão relevante atualmente quanto a questão da desigualdade.